

**HABEAS CORPUS Nº 570.657 - SP (2020/0079873-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES  
**ADVOGADO** : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES - SP331639  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIPE ARLINDO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FELIPE ARLINDO DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação Criminal n. 0005317-86.2015.8.26.0637.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime semiaberto, além do pagamento de 17 dias-multa, pela prática do crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas, previsto no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal. Foram negados os benefícios dos arts. 44 e 77, ambos do Código Penal, sob o fundamento de que se trata de acusado reincidente e portador de maus antecedentes.

O Magistrado sentenciante deferiu "*aos acusados o direito de recorrer em liberdade, ante a ausência dos requisitos da prisão preventiva e pelo fato de terem aguardado a todo o julgamento em liberdade*" (e-STJ fl. 65).

Segundo a denúncia, o paciente e um corréu subtraíram, mediante abuso de confiança, 1 parafusadeira e 2 baterias, sendo todos os bens avaliados em R\$ 700,00 (setecentos reais). Apurou-se que o paciente trabalhava para a vítima em uma obra, que foi o local da perpetração do ilícito, exercendo a função de pintor.

A apelação criminal da defesa foi desprovida nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 90/91):

*FURTO QUALIFICADO – INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – ABSOLVIÇÃO – INADMISSIBILIDADE – MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE COMPROVADAS – CONDENAÇÃO MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO.*

*FURTO QUALIFICADO – ATIPICIDADE – PEQUENO VALOR DO BEM – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – INADMISSIBILIDADE – CONDUTA TÍPICA E ANTIJURÍDICA – CONDENAÇÃO MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO. “Mesmo de*

*pequeno valor o prejuízo, nosso ordenamento jurídico não exime o réu da responsabilidade do evento criminoso, por ser a conduta juridicamente relevante e merecedora de reprovação”.*

*FURTO QUALIFICADO – PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA TENTATIVA – INADMISSIBILIDADE – MOMENTO CONSUMATIVO QUE SE DÁ COM A SUBTRAÇÃO DOS BENS – RES FURTIVA, ADEMAIS, QUE SAIU DA ESFERA DE VIGILÂNCIA DA VÍTIMA – HIPÓTESE DE CRIME CONSUMADO – RECURSO DESPROVIDO.*

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

No presente *writ*, o impetrante pede a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, argumentando que a pandemia da Covid-19 chegou aos estabelecimentos prisionais de Pacaembu/SP, onde o paciente se encontra custodiado. Destaca que o paciente se enquadra no grupo de risco, pois está com suspeita de tuberculose e tem problemas respiratórios. Invoca, ainda, a Recomendação n. 62/CNJ.

Alega que deve ser reconhecido, no caso dos autos, o princípio da insignificância, haja vista que não é relevante o valor total dos bens subtraídos, qual seja, R\$ 700,00 (setecentos reais). Além disso, preconiza que o acusado confessou o crime e devolveu os pertences à vítima. Em que pese à falta de exame pericial, aduz que, na época dos fatos, o paciente era dependente químico e pretendia vender os objetos para comprar drogas. Sustenta que a reincidência, a existência de inquéritos e processos em andamento ou a incidência da qualificadora do furto não constituem fundamentação idônea para afastar automaticamente o crime de bagatela.

Reverbera a desproporcionalidade quanto ao recrudescimento do regime de cumprimento de pena, uma vez que o paciente confessou espontaneamente o ilícito e devolveu os bens subtraídos.

Requer, liminarmente e no mérito, a absolvição do paciente, a imposição do regime aberto ou a concessão de prisão domiciliar.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

# Superior Tribunal de Justiça

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Acerca do pedido de prisão domiciliar, verifico que não há interesse de agir na presente impetração, uma vez que a prisão do paciente não decorreu dos autos da ação penal originária.

Ao contrário, de acordo com os documentos carreados aos autos pelo impetrante, o Magistrado sentenciante deferiu "*aos acusados o direito de recorrer em liberdade, ante a ausência dos requisitos da prisão preventiva e pelo fato de terem aguardado a todo o julgamento em liberdade*" (e-STJ fl. 65).

Além disso, os arestos da apelação criminal e dos embargos de declaração nada dispuseram acerca de eventual custódia cautelar do paciente.

Diga-se, ainda, que a questão acerca do advento de fato novo pela pandemia de COVID-19 representa dupla supressão tendo em vista que nem o Juízo de piso nem o Tribunal de Justiça se manifestaram.

Vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto

# *Superior Tribunal de Justiça*

desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator